

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 577/70

- VII - acompanhar, nas repartições municipais, a marcha das providências determinadas pelo Prefeito;
- VIII - fazer chegar aos demais órgãos da administração/municipal o conhecimento das determinações do // Prefeito;
- IX - fazer os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões, de que deva participar ou em que tenha interesse o Prefeito, e // coordenar as providências com elas relacionadas;
- X - programar solenidades, expedir convites e adotar todas as providências que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento dos programas;
- XI - recepcionar visitantes;
- XII - preparar os ante-projetos a serem remetidos à Câmara.

Artigo 3º - A acessoria de Programação e Controle é o órgão incumbido do planejamento municipal, competindo-lhe elaborar ou promover a elaboração e coordenar a execução do plano diretor do desenvolvimento do Município, cabendo-lhe ainda:

- I - acompanhar a realização de planos e programas // parciais pelos órgãos competentes da administração;
- II - coordenar a elaboração e execução dos orçamentos do município, especialmente o orçamento-programa e o orçamento de investimentos;
- III - propor e discutir sugestões ao prefeito para solução dos problemas do Município.

Artigo 4º - A Acessoria de Programação e Controle é formada/ pelos Chefe de Gabinete, Procurador e Secretários da Prefeitura Municipal de Aquidauana e um // Técnico de Administração.

Artigo 5º - A Procuradoria é o órgão que tem por objetivo a/ execução, coordenação e controle das atividades/jurídicas da Prefeitura, competindo-lhe pronunciarse sobre toda a matéria legal que lhe fôr / submetida pelo Prefeito e demais órgãos da ad//

administração municipal, cabendo-lhe ainda:

- I - representar a Prefeitura em Juizo em todas as causas em que a mesma for autoria, ré, assistente,/ oponente ou liticonsorte;
- II - efetuar a cobrança judicial da dívida ativa do Município.

Artigo 6º - A Secretaria de Administração compete, através / de suas unidades de serviço, executar as ativida-des da Prefeitura relativas a pessoal, expedien-te, arquivo, protocolo e zeladoria, ou, quando / fôr o caso, orientar a execução dessas ativida-des.

Artigo 7º - A Secretaria de Administração compreende:

- I - Serviço de Administração
- II - Departamento do Pessoal
- III - Serviço de Expediente e Registros
- IV - Serviço de Arquivo
- V - Serviço de Protocolo
- VI - Zeladoria

Artigo 8º - O serviço de Administração coordenará o funcio-namento das unidades da Secretaria de Administra-ção

Artigo 9º - Compete ao Departamento do Pessoal:

- I - manter os assentamentos relativos à vida funcio-nal dos servidores da Prefeitura e encaminhar / aos órgãos competentes todas as comunicações re-lativas ao pessoal.
- II - executar a identificação e matrícula dos servido-res municipais;
- III - opinar sobre requerimentos dos servidores e expe-dientes relativos a seus direitos, vantagens, / deveres e responsabilidades;
- IV - organizar e manter atualizados os registros refe-rentes a:
 - a) - cargos e funções gratificadas
 - b) - lotação do pessoal por órgãos
- V - prestar informações sobre dados da ficha funcio-nal dos servidores, nos demais órgãos;
- VI - controlar a frequência do pessoal da Prefeitura/

- através das Secretarias, para efeito de pagamento e verificação do tempo de serviço;
- VII - organizar e manter atualizadas as fichas financeiras individuais;
- VIII - preparar, nas épocas próprias, as fórmulas de pagamento do pessoal da Prefeitura, inclusive a de / obrus e do pessoal;
- IX - efetuar a averbação e a classificação dos descontos, exercendo a necessária fiscalização e conferindo os valores averbados, classificados e des contados.
- X - preparar as guias de recolhimentos das contribuições devidas à previdência social;
- XI - elaborar, anualmente, na época própria a relação dos servidores que devem fazer declarações de // rendimentos à repartição competente;
- XII - fornecer certidões dos dados constantes de fichas e registros sob seu controle;
- XIII - expedir guias de crédito correspondentes aos descontos autorizados, a vencimentos ou salários antecipados, gratificações, diárias, ajudas de custo e outros pagamentos relativos ao pessoal;
- XIV - organizar planos de férias anuais dos funcionários de acordo com as relações e escalas das Secretarias, enviadas até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 10º -Compete ao Serviço de Expediente e Registros:

- I - formalizar e expedir os atos oficiais da administração, tais como leis, decretos, portarias, regulamentos, avisos para serem assinados pelo prefeito;
- II - organizar e manter o arquivo e fichário dos expedientes relativos aos projetos de Lei encaminhados no Poder Legislativo;
- III - efectuar o registro das leis promulgadas ou sancionadas e dos decretos assinados pelo Prefeito, datando-os e dando-lhes número de ordem, colecionando os originais;
- IV - promover a publicação das leis e atos municipais;
- V - manter registro do nome e endereço dos chefes de

XXXXXX

administração descentralizados, situados no Município;

VI - prestar informações aos demais órgãos sobre /// atos, leis, decretos, resoluções, portarias e avisos;

VII - fornecer certidões de atos, leis, decretos, resoluções, portarias e avisos, constantes de /// seus arquivos;

Artigo 11º - Ao Serviço de Arquivo incumbe:

I - arquivar, pelos prazos e segundo os sistemas estabelecidos, os processos, papéis e outros documentos que lhe forem confiados pelos diversos órgãos da administração;

II - organizar sistema de referência e índices necessários à pronta consulta de quaisquer documentos arquivados;

III - colecionar e arquivar jornais oficiais da Prefeitura, do Estado e da União;

IV - prestar aos órgãos municipais as informações que lhe forem solicitadas a respeito de processos e papéis arquivados, bem como cedê-los por empréstimo, mediante recibo.

Artigo 12º - Compete ao Serviço de Protocolo:

I - receber os requerimentos, verificando se preenchem todas as formalidades legais e regulamentares;

II - numerar os requerimentos recebidos, por ordem de entrada;

III - entregar nos requerentes os cartões-recebos respectivos;

IV - registrar, nas fichas correspondentes, o andamento de papéis e requerimentos, a decisão e data do arquivamento;

V - atender pedidos de informações formulados pelo público, quer sobre andamento, quer sobre a maneira de requerer ou reclamar;

VI - manter em dia a escrituração do livro destinado ao controlo da correspondência;

VII - dar-nos interessados, quando autorizados por //

quem de direito, vista dos processos, documentos e papéis;

VIII - fornecer certidões, efetuando as competentes buscas.

Artigo 13º - Compete à Zeladoria:

I - abrir e fechar as portas dos edifícios municipais, nos horários regulamentares;

II - fazer limpezas, externas e internas, dos prédios, móveis e instalações;

III - manter em perfeito funcionamento as instalações elétricas e hidráulicas dos prédios municipais;

IV - manter vigilância diurna e noturna dos prédios municipais;

V - proceder aos hasteamentos da Bandeira Nacional.

Artigo 14º - A Secretaria de Fazenda compete orientar a política econômico-financeira do Município e executar através de suas unidades de serviços, as atividades do lançamento e arrecadação de tributos, à guarda e movimentação de dinheiros e valores do Município à administração dos bens de domínio privado do patrimônio municipal, à elaboração do orçamento e no controle de sua execução, à aquisição, guarda e distribuição de material, e escrituração e registro dos atos e fatos administrativo econômico-financeira e patrimonial do Município.

Artigo 15º - A Secretaria da Fazenda compreende as seguintes unidades:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Contabilidade

III - Serviço de Tributação

IV - Serviço de Material

V - Serviço de Empenho

VI - Tesouraria

Artigo 16º - O Setor de Administração coordena o funcionamento das demais unidades da Secretaria de Fazenda.

Artigo 17º - Compete ao Serviço de Contabilidade:

I - Confeccionar a proposta orçamentária municipal, X

- de acordo com os elementos fornecidos pelos diversos órgãos da administração;
- II - fiscalizar e controlar a execução orçamentária/ em todas as suas fases;
 - III - efetuar as escriturações contábeis municipais;
 - IV - organizar, mensalmente, os balancetes do exercício financeiro;
 - V - levantar, na época própria, o balanço e relatório geral da municipalidade;
 - VI - processar, depois de empenhadas, todas as contas para pagamento;
 - VII - manter registro atualizado de contratos que one rem ou determinem renda para os cofres municipais;
 - VIII - elaborar, diariamente, boletim de caixa sintético;
 - IX - elaborar, diariamente, boletim sintético de arrecadação orçamentária do exercício, comparativo com a da arrecadação do exercício anterior;
 - X - registrar os bens patrimoniais;
 - XI - manter controle atualizado da carga geral dos móveis e utensílios do Município, observando as baixas e transferências dos mesmos;

Artigo 18º - Ao Serviço de Tributação compete:

- I - organizar e manter atualizado o cadastro fiscal dos contribuintes do município;
- II - promover o lançamento e distribuição de avisos/ de imposto, taxas e contribuições de melhoria;
- III - fiscalizar o cumprimento, pelos contribuintes,/ da legislação fiscal municipal;
- IV - efetuar o controle da arrecadação dos tributos/ creditando os pagamentos realizados pelos contribuintes e cancelando os débitos respectivos;
- V - promover a inscrição e a remessa da dívida ativa à procuradoria para a efetivação da cobrança

Artigo 19º - O Serviço de Tributação é constituído dos seguintes setores:

- I - Setor de Cadastro Fiscal
- II - Setor de Lançamento
- III - Setor de Fiscalização

Artigo 20º - Compete ao Setor de Cadastro Fiscal: X

- I - organizar e manter atualizado o cadastro dos contribuintes dos diversos tributos municipais;
- II - efetuar os estudos para determinar valores dos prédios e terrenos para efeito de lançamento;
- III - manter atualizados os valores cadastrados.

Artigo 21º - Compete ao Setor de Lançamento:

- I - efetuar o lançamento dos tributos municipais, emitindo os respectivos avisos e talões de lançamento;
- II - encaminhar ao Setor de Controle de Arrecadação, nas épocas oportunas, os talões ou documentos destinados à arrecadação, acompanhadas das reuniões necessárias;
- III - enviar cópias autênticas das relações a que se refere o item anterior ao Serviço de Contabilidade e ao Chefe do Serviço de Tributação;
- IV - examinar todos os casos de reclamação contra lançamentos efetuados, atendendo-as quando procedentes, mediante despacho do Prefeito;
- V - efetuar a locação dos próprios municipais;
- VI - efetuar a lavratura de termos e atos relacionados com a administração do patrimônio municipal;
- VII - preparar a arrecadação das rendas patrimoniais;
- VIII - expedir alvarás de licença para a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços profissionais, ouvidos os órgãos e visto do Prefeito;

Artigo 22º - Compete no Setor de Fiscalização:

- I - fiscalizar os contribuintes para impedir a evasão de impostos municipais e taxas, aplicando sanções aos infratores;
- II - efetuar notificações, intimações ou quaisquer diligências solicitadas pelos órgãos municipais;
- III - exercer a fiscalização do comércio de ambulantes, quiosque e bancas, efetuando a inspeção de mercadorias e apreensões dos que se encontrem em situação irregular;
- IV - afixar postos e medidas;

V - zelar pela fiel observância do Código de Tributos do Município.

Artigo 23º - Ao Setor de Controle de Arrecadação compete:

I - receber do Setor de Lançamento os talões, avisos de lançamentos e documentos destinados à arrecadação de tributos;

II - providenciar a entrega aos contribuintes dos avisos de lançamentos de tributos;

III - creditar os contribuintes pelos pagamentos efetuados, mantendo atualizadas as baixas dos pagamentos;

IV - promover a inscrição da dívida ativa, encaminhando dados ao Serviço de Contabilidade para fim de escrituração;

V - fornecer à procuradoria os elementos necessários à cobrança da dívida ativa;

VI - informar processos que relacionem com a dívida ativa e fornecer certidões com elas relacionadas;

VII - controlar a arrecadação das multas aplicadas pelos diversos órgãos municipais;

VIII - controlar a arrecadação das rendas patrimoniais.

Artigo 24º - O Serviço de Material é o órgão centralizador de todos os serviços de aquisição, guarda, conservação, recuperação, fornecimento, recolhimento e distribuição do material necessário aos serviços da Prefeitura.

Artigo 25º - Compete ao Serviço de Material:

I - proceder ao levantamento dos artigos usados e empregados nos serviços;

II - elaborar catálogos de material;

III - promover a padronização dos materiais necessários aos serviços da Prefeitura;

IV - adquirir, mediante autorização do Secretário da Fazenda, todos os materiais destinados ao consumo e aplicação nos diversos serviços municipais;

V - manter registro dos fornecedores;

VI - manter em estoque e exercer a guarda, em perfeita ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro, dos materiais de consumo da Prefeitura;

- VII - fornecer às repartições municipais os materiais regularmente requisitados, efetuando a escrituração de tais fornecimentos;
- VIII - controlar o consumo e a aplicação de todo o material adquirido pela Prefeitura;
- IX - manter em perfeita ordem os fichários de estoques de material, verbas e estatísticas de consumo;
- X - conservar sob sua guarda todas as requisições / de material.

Artigo 26º - Serviço de Empenho tem as seguintes atribuições:

- I - emissão de notas e empenho aos fornecedores /// quando autorizada a efetivação da compra;
- II - lançamento dos empenhos nas rubricas próprias;
- III - lançar os empenhos em seus respectivos sumários;
- IV - lançar os empenhos nos sumários de pagamentos e empenhos;
- V - registrar os processos de pagamentos nas fichas próprias;
- VI - informar ao órgão competente as onerações totais das rubricas.

Artigo 27º - À tesouraria compete:

- I - receber as rendas municipais mediante os elementos fornecidos pelo Serviço de Tributação;
- II - receber e guardar títulos e outros valores de / propriedade do Município ou de terceiros, quando entregues como caução ou depósito;
- III - registrar em livros próprios os títulos e valores sob sua guarda;
- IV - proceder à restituição dos depósitos e cauções/ quando determinada por documento hábil;
- V - receber os suprimentos de numerário necessários/ aos pagamentos de cada dia, mediante cheques ou ordens bancárias;
- VI - efetuar o recebimento, devidamente autorizado / de crédito da Prefeitura, em poder de terceiros ou repartições públicas;
- VII - realizar pagamentos, conforme os documentos que lhe forem apresentados, devidamente autentica-/

VIII - depositar importâncias nos estabelecimentos de crédito de acordo com as determinações superiores;

IX - manter em dia a escrituração de caixa;

X - fornecer, diariamente, boletim de caixa, juntamente com toda a documentação referente ao Serviço de Contabilidade.

Artigo 28º - A Secretaria de Viação e Obras Públicas compete:

I - elaborar e manter atualizados os planos diretores do Município;

II - executar os serviços deestudos e projetos, cidadostos técnicos e zoneamento, de acordo com o planejamento aprovado.

III - fazer observar o Código de Obras e o Código de Posturas, bem com outras leis, no que relacione com as suas funções, aprovação de planos de arruamento e lotamentos;

IV - administrar os serviços de água e esgotos, limpeza pública, coleta de lixo, cemitério, e fiscalizar os serviços de utilidade pública, concedidos pelo Município;

V - executar todas as obras públicas nas áreas urbanas e rurais do Município, quando realizadas diretamente pela administração e fiscalizar as // que forem feitas sob empreitada;

VI - reconstruir, reparar e conservar edifícios, pavimentação de logradouros, praças, parques, jardins, estradas e pontes;

VII - organizar, manter e dirigir os serviços de equipamento mecanizado, transportes e oficinas mecânicas.

Artigo 29º - A Secretaria de Viação e Obras Públicas comprende:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Obras e Urbanismo

III - Serviço de Oficinas

IV - Serviço de Limpeza Pública

V - Depósito de Inflamáveis

VI - Serviço de Logradouros Públicos

VIII - Serviço de Cemitério

IX - Serviço de Fiscalização

X - Serviço de Assistência Agro-Pecuária

Artigo 30º - Ao Serviço de Obras e Urbanismo compete:

I - realizar os estudos básicos para o planejamento, para as obras municipais;

II - elaborar e administrar os planos diretores do Município;

III - projetar, orçar e executar as obras públicas;

IV - fiscalizar os serviços públicos concedidos e/ a execução de obras empreitadas pelo município;

V - manter em funcionamento a Fábrica de Lajotas;

VI - aprovar projetos de construção, reforma, demolição e modificação de prédios particulares;

VII - fornecer ao Serviço de Tributação, da Secretaria de Finanças todos os elementos necessários ao lançamento da cobrança da contribuição de melhoria e a revisão e atualização das fichas de cadastro da área pavimentada ou calçada dos loteadouros;

VIII - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em vigor no que se refere as suas atribuições;

IX - apresentar, mensalmente, relatório dos serviços executados.

§ único - A Fábrica de Lajotas se destina à produção de Lajotas e outros materiais congêneres, devendo ser apurado o custo dos trabalhos de produção com organização do quadro de produção, discriminando custo de material e mão de obra.

Artigo 32º - Ao Serviço de Oficinas incumbe:

I - zelar pela conservação de todos os veículos, máquinas e materiais da municipalidade;

II - manter oficina de mecânica, eletricidade, posto de lubrificação e lavagem, para atender os serviços municipais;

III - manter ficha de cada veículo e máquina pertencente à prefeitura, nela anotando as revisões ordinárias e outras efetuadas e os acidentes que

Artigo 33º - Ao Serviço de Limpeza Pública incumbe:

- I - proceder a coleta e remoção do lixo das habitações particulares e demais edificações do perímetro urbano;
- II - dar destino conveniente ao lixo coletado;
- III - manter a aparelhagem necessária à execução do serviço;
- IV - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em vigor, concernentes ao serviço;
- V - executar os serviços de capinação, varredura, lavagem e irrigação dos logradouros públicos;
- VI - executar os serviços de conservação da limpeza da cidade.

Artigo 34º - Ao Depósito de Inflamáveis compete:

- I - manter sob sua guarda os materiais explosivos e inflamáveis que lhe forem confiados;
- II - distribuir o combustível necessários aos veículos da municipalidade, mediante requisições;
- III - manter controle diário de consumo de combustível organizando quadro demonstrativo de seu / consumo mensal.

Artigo 35º - Ao Serviço de Logradouros Públicos compete:

- I - estudar e promover o enfeiteamento das praças jardins e da arborização dos logradouros;
- II - construir e conservar as praças ajardinadas e jardins públicos do Município;
- III - proceder, mensalmente, à revisão e atualização das fichas referentes no cadastro de arborização da cidade;
- IV - realizar, na área sob sua administração o combate a pragas e doenças vegetais;
- V - cuidar da conservação e proteção dos monumentos, estatutas, e bustos existentes nos logradouros públicos do Município.

Artigo 36º - A administração do Mercado Municipal incumbe:

- I - Administrar o Mercado Municipal;
- II - fiscalizar a observância dos regulamentos atinentes ao Mercado Municipal;

- IV - zelar pela manutenção da ordem no recinto;
- V - informar ao órgão competente das vacâncias de boxes no Mercado e opinar os requerimentos de locação ou concessão de uso.

Artigo 37º - Ao Serviço de Cemitério compete:

- I - promover a conservação, limpeza e arborização do cemitério, para o que se coordenará com os órgãos especializados;
- II - zelar pela manutenção da ordem no recinto do Cemitério;
- III - orientar e fiscalizar os serviços de inumação, exumação e transferências dos restos mortais, observadas as disposições legais;
- IV - manter atualizados e rigorosa ordem os fichários relativos à inumação, exumação, translações e perenuidade de sepulturas;
- V - arrecadar a renda ou preparar a arrecadação da renda proveniente da prestação de serviço no Cemitério e promover o seu recolhimento das taxas municipais, através do órgão de controle.

Artigo 38º - Incumbe ao Serviço de Fiscalização:

- I - fiscalizar a fiel observância do Código de // Obras Municipal e do Código de Posturas;
- II - efetuar notificações e intimações ou quaisquer diligências solicitadas pelos órgãos municipais;
- III - expedir multas por infrações de leis e regulamentos.

Artigo 39º - Serviço de Assistência Agro-pecuário, incumbe-se de:

- I - órgão destinado a fomentar o incentivo e desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias do Município.

Artigo 40º - A Secretaria de Educação e Saúde compete:

- I - planejar e executar os serviços Municipais de educação, cultura e recreação;
- II - planejar e executar os serviços Municipais de saúde pública e assistência social;

Artigo 41º - A Secretaria de Educação e Saúde compreende as seguintes unidades:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Educação e Cultura

III - Serviço de Saúde e Assistência Social

IV - Setor de Educação Física.

Artigo 42º - Compete ao Setor de Administração, dirigir e /
coordinar o funcionamento das demais unidades/
da Secretaria de Educação e Saúde.

Artigo 43º - Compete ao Serviço de Educação e Cultura:

I - a elaboração e execução do Plano Municipal de
Educação;

II - a manutenção da Biblioteca e Museu Municipal;

III - a difusão cultural;

IV - ministrar o ensino primário, pré-primário e su-
pletivo, através de suas unidades escolares;

V - administrar os estabelecimentos de ensino man-
tidos pelo Município;

VI - realizar o controle técnico-administrativo das
unidades escolares;

VII - controlar a movimentação dos professores, dire-
tores, orientadores e contínuos de ensino pri-
mário; e pré-primário;

VIII - requisitar, distribuir e controlar o material/
de consumo necessários aos seus serviços;

IX - administrar o plano de merenda escolar;

X - manter permanentes fiscalizações das unidades es-
colares, a fim de que se observem os dispositi-
vos regulamentares e legais relativos ao ensi-
no primário;

XI - Administrar os serviços de conservação, reparo
viabilização e limpeza nos prédios destinados ao
ensino municipal;

XII - incentivar as atividades culturais promovendo/
a realização de certames e programas de nature-
za cultural;

Artigo 44º - Ao Serviço de Saúde e Assistência Social compe-
te:

I - articular-se com os serviços congêneres fede-/
rais e estaduais para o combate às endemias e/
caldomias locais;

II - encaminhar aos serviços médicos do Instituto de Previdência Social a fim de serem atendidos os servidores municipais, quando/necessário;

III - controlar a aplicação de auxílios e subvenções concedidas pelo Município e instituições de assistência social ou hospitalar.

Artigo 45º - Ao Setor de Educação Física compete:

I - promover e divulgar a prática do esporte / amadorista;

II - incentivar e cooperar com associações esportivas amadoristas do município;

III - promover certames esportivos oferecendo // prêmios de estímulo;

IV - providenciar a celebração de convênios para a prática de esportes em instalações // pertencentes a outros órgãos;

V - instalar e conservar parques infantis nas/ escolas públicas municipais.

CAPÍTULO III - Do Pessoal

Artigo 46º - serão em comissão os cargos de: Chefe de / Cabinetes do Prefeito, Secretários, Contador Geral, Diretor de Departamento e Diretor de Serviço Autônomo e Autárquico.

Artigo 47º - serão cargos de função gratificada, Chefe de Secção, Chefe de Serviço, Diretor de / Escolas e Encarregado de Turma.

Artigo 48º - os cargos de provimento efetivo serão de/ terminados em Lei especial.

§ único - Os padrões e níveis de vencimentos do funcionalismo municipal serão fixados em Lei/ própria.

CAPÍTULO IV - Das disposições transitórias

Artigo 49º - Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar e instalar os Departamento de ///

de Água e Esgoto e Municipal de Estrada de Rodagem;

§ único - Enquanto não forem instalados o Departamento Autônomo de Água e Esgoto e o Departamento/Municipal de Estrada de Rodagem, os serviços e funções a eles concernentes, serão // executados pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Artigo 50º - As atribuições das Secretarias e Unidades / aqui discriminadas, não excluirão as que // lhes forem incumbidas por Decreto, Regulamentos, Portarias, ou Ordem de Serviço.

Artigo 51º - Fica revogada a Lei nº 416/64, de 13 de // Agosto de 1.964, e demais disposições em // contrário.

Artigo 52º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aquidauana, 25 de Junho de 1.970

Fernando Lucarelli Rodrigues
Fernando Lucarelli Rodrigues
Prefeito Municipal

Fixa a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Aquidauana e dá outras providências.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu Sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I - Da Organização Administrativa

Artigo 1º - A Prefeitura Municipal de Aquidauana, compõem-se dos seguintes órgãos e unidades:

- I - Gabinete do Prefeito
- II - Acessoria de Programação e Controle
- III - Promaradoria
- IV - Secretaria de Administração
- V - Secretaria de Fazenda
- VI - Secretaria de Viação e Obras Públicas
- VII - Secretaria de Educação e Saúde,

CAPITULO II - Da Competência.

Artigo 2º - Compete ao Gabinete do Prefeito:

- I - Desempenhar a atividade de coordenação político Administrativa da Prefeitura com os municípios, pessoalmente ou através de órgãos ou instituições que os representam;
- II - preparar o expediente externo a ser assinado ou despachado pelo Prefeito;
- III - preparar a correspondência pessoal do Prefeito;
- IV - atender às pessoas que procurarem o Prefeito, encaminhando-as à essa autoridade ou marcando-lhes audiência;
- V - promover a divulgação, pelos meios próprios, das atividades do Executivo Municipal;
- VI - Exercer as atividades de representação oficial do Prefeito sempre que fôr para isso credenciado;
- VII - acompanhar, nas reuniões municipais, a marcha das provisões determinadas pelo Prefeito;
- VIII - fazer chegar aos demais órgãos da administração municipal o conhecimento das determinações do Prefeito;
- IX - fazer os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões, de que deva participar ou em que tenha interesse o Prefeito, e coordenar as providências com elas relacionadas;
- X - programar solenidades, expedir convites e adotar todas as providências que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento dos programas;
- XI - recepcionar visitantes;
- XII - preparar os ante-projetos a serem remetidos à Câmara.

Artigo 3º - A Acessoria de Programação e Controle é o órgão incumbido do planejamento municipal, competindo-lhe elaborar ou promover a elaboração e coordenar a execução do plano diretor do desenvolvimento do Município, cabendo-lhe ainda:

- I - acompanhar a realização de planos e programas parciais pelos órgãos competentes da administração;
- II - coordenar a elaboração e execução dos orçamentos do município, especialmente o orçamento-programa e o orçamento de investimentos;
- III - propor e discutir sugestões ao Prefeito para solução dos problemas do Município.

Artigo 4º - A Acessoria de Programação e Controle é formada pelos Chefe de Gabinete, Procurador e Secretários da Prefeitura Municipal de Aquidauana e um Técnico de Administração.

Artigo 5º - A Procuradoria é o órgão que tem por objetivo a execução / coordenação e controle das atividades jurídicas da Prefeitura

Continuação da Lei nº 577/70 - Organização Administrativa

Prefeitura, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda a matéria legal que lhe fôr submetida pelo Prefeito e demais órgãos da administração municipal, cabendo-lhe ainda:

- I - representar a Prefeitura em Juizo em todas as causas em que a mesma fôr autôra, ré, assistente, oponente ou liticoncorrente;

II - efetuar a cobrança judicial da dívida ativa do Município.

Artigo 6º - A Secretaria de Administração compete, através de suas unidades de serviço, executar as atividades da Prefeitura relativas a pessoal, expediente, arquivo, protocolo e zeladoria ou, quando fôr o caso, orientar a execução dessas atividades.

Artigo 7º - A Secretaria de Administração compreende:

- I - Serviço de Administração
II - Departamento do Pessoal
III - Serviço de Expediente e Registros
IV - Serviço de Arquivo
V - Serviço de Protocolo
VI - Zeladoria

Artigo 8º - O serviço de Administração coordenará o funcionamento das unidades da Secretaria de Administração

Artigo 9º - Compete ao Departamento do Pessoal:

- I - manter os assentamentos relativos à vida funcional dos servidores da Prefeitura e encaminhar aos órgãos competentes / todas as comunicações relativas ao pessoal.
II - executar a identificação e matrícula dos servidores municipais;
III - opinar sobre requerimentos dos servidores e expedientes relativos a seus direitos, vantagens, deveres e responsabilidades,
IV - organizar e manter atualizados os registros referentes a:
a) cargos e funções gratificadas
b) lotação do pessoal por órgãos
V - prestar informações sobre dados da ficha funcional dos servidores, aos demais órgãos;
VI - controlar a frequência do pessoal da Prefeitura através das Secretarias, para efeito de pagamento e verificação de tempo de serviço;
VII - organizar e manter atualizadas as fichas financeiras individuais;
VIII - preparar, nas épocas próprias, as folhas de pagamento do // pessoal da Prefeitura, inclusive a de obras e do pessoal;
IX - efetuar a averbação e a classificação dos descontos, exercendo a necessária fiscalização e conferindo os valores averbados, classificados e descontados.
X - preparar as guias de recolhimentos das contribuições devidas à previdência social;
XI - elaborar, anualmente, na época própria a relação dos servidores que devem fazer declarações de rendimentos à repartição competente;
XII - fornecer certidões dos dados constantes das fichas e registros sob seu controle;
XIII - expedir guias de crédito correspondentes aos descontos autorizados, a vencimentos ou salários antecipados, gratificações, diárias, ajudas de custo e outros pagamentos relativos ao pessoal;
XIV - organizar planos de férias anuais dos funcionários de acordo com as relações e escalas das Secretarias, enviadas até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 10º - Compete ao Serviço de Expediente e Registros:

- I - formalizar e expedir os atos oficiais da administração, /// tais como leis, decretos, portarias, regulamentos, avisos / para serem assinados pelo Prefeito;
II - organizar e manter o arquivo e ficheiro dos expedientes re-

relativos aos projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo;

III - efetuar o registro das Leis promulgadas ou sancionadas e dos decretos assinados pelo Prefeito, datando-os e dando-lhes número de ordem, colucionando os originais;

IV - promover a publicação das Leis e atos municipais;

V - manter registro de nome e endereço dos chefes do administração descentralizados, situados no Município;

VI - prestar informações aos demais órgãos sobre atos, leis, / decretos, resoluções, portarias e avisos;

VII - fornecer certidões de atos, leis, decretos, resoluções, / portarias e avisos, constantes de seus arquivos;

Artigo 11º - Ao Serviço de Arquivo incumbe:

I - arquivar, pelos prazos e segundo os sistemas estabelecidos, os processos, papéis e outros documentos que lhe forem confiados pelos diversos órgãos da administração;

II - organizar sistema de referência e índices necessários à fronte consulta de quaisquer documentos arquivados;

III - colecionar e arquivar jornais oficiais da Prefeitura, do Estado e da União;

IV - prestar aos órgãos municipais as informações que lhe forem solicitadas a respeito de processos e papéis arquivados, bem como cedê-los por empréstimo, mediante recibo.

Artigo 12º - Compete ao Serviço de Protocolo:

I - receber os requerimentos, verificando se preenchem todas/ as formalidades legais e regulamentares;

II - numerar os requerimentos recebidos, por uma ordem de entrada;

III - entregar aos requerentes os cartões-recibos respectivos;

IV - registrar, nas fichas correspondentes, o andamento de papéis e requerimentos, a decisão e data do arquivamento;

V - atender pedidos de informações formulados pelo público, / quer sobre andamento, quer sobre a maneira de requerer ou reclamar;

VI - manter em dia a escrituração do livro destinado ao controle da correspondência;

VII - dar aos interessados, quando autorizados por quem de direito, vista dos processos, documentos e papéis;

VIII - fornecer certidões, efectuando as competentes buscas.

Artigo 13º - Compete à Zeladoria:

I - abrir e fechar as portas dos edifícios municipais, nos horários regulamentares;

II - fazer limpezas, externas e internas, dos prédios, móveis/ e instalações;

III - manter em perfeito funcionamento as instalações elétricas e hidráulicas dos prédios municipais;

IV - manter vigilância diurna e noturna dos prédios municipais;

V - proceder aos hasteamentos da Bandeira Nacional.

Artigo 14º - A Secretaria de Fazenda compete orientar a política econômico-financeira do Município e executar através de suas unidades de serviços, as atividades do lançamento e arrecadação de tributos, à guarda e movimentação de dinheiros e valores do Município à administração dos bens do domínio privado do patrimônio municipal, à elaboração do orçamento e ao controle de sua execução, à aquisição, guarda e distribuição de material, e escrituração e registro dos atos/ e fatos administrativo econômico-financeira e patrimonial / do Município;

Artigo 15º - A Secretaria de Fazenda compreende as seguintes unidades:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Contabilidade

III - Serviço de Tributação

IV - Serviço de Material - *Sua Obra*

V - Serviço de Empenho

VI - Tesouraria

Artigo 16º - O Setor de Administração coordena o funcionamento das de-/ mais unidades da Secretaria de Fazenda.

Artigo 17º - Compete ao Serviço de Contabilidade:

- I - Confeccionar a proposta orçamentária municipal, de acordo/ com os elementos fornecidos pelos diversos órgãos da adminis- tração;
- II - fiscalizar e controlar a execução orçamentária em todas as suas fases;
- III - efetuar as escriturações contábeis municipais
- IV - organizar, mensalmente, os balancetes do exercício finan-/ ceiro;
- V - levantar, na época própria, o balanço e relatório geral da municipalidade;
- VI - processar, depois de empenhadas, todas as contas para paga- mento
- VII - manter registro atualizado de contratos que onerem ou de-/ terminem renda para os cofres municipais;
- VIII - elaborar, diariamente, boletim de caixa sintético;
- IX - elaborar, diariamente, boletim sintético de arrecadação or- çamentária do exercício, comparativo com a da arrecadação do exercício anterior;
- X - registrar os bens patrimoniais;
- XI - manter controle atualizado da carga geral dos móveis e u- tensílios do Município, observando as baixas e transferen- cias dos mesmos;

Artigo 18º - Ao Serviço de Tributação compete:

- I - organizar e manter atualizado o cadastro fiscal dos contribuintes do município;
- II - promover o lançamento e distribuição de avisos de impostos taxas e contribuições de melhoria;
- III - fiscalizar o cumprimento, pelos contribuintes, da legisla- ção fiscal municipal;
- IV - efectuar o controle da arrecadação dos tributos creditando/ os pagamentos realizados pelos contribuintes e cancelando / os débitos respectivos;
- V - promover a inscrição e remessa da dívida ativa à Procurado- ria para a efetivação da cobrança.

Artigo 19º - O Serviço de Tributação é constituído dos seguintes setô- res:

- I - Setor de Cadastro Fiscal
- II - Setor de Lançamento
- III - Setor de Fiscalização
- IV - Setor de Controle de Arrecadação

Artigo 20º - Compete ao Setor de Cadastro Fiscal:

- I - organizar e manter atualizado o cadastro dos contribuintes dos diversos tributos municipais;
- II - efectuar os estudos para determinar valôres dos prédios e / terrenos para efeito de lançamento;
- III - manter atualizados os valôres cadastrados.

Artigo 21º - Compete ao Setor de Lançamento:

- I - efectuar o lançamento dos tributos municipais, emitindo os/ respectivos avisos e talões de lançamentos;
- II - encaminhar ao Setor de Controle de Arrecadação, nas épocas oportunas, os talões ou documentos destinados à arrecada- ção, acompanhadas das relações necessárias;
- III - enviar cópias autênticas das relações a que se refere o // item anterior ao Serviço de Contabilidade e ao Chefe do // Serviço de Tributação;
- IV - examinar todos os casos de reclamação contra lançamentos / efectuados, atendendo-as quando procedentes, mediante despa- cho do Prefeito;
- V - efectuar a locação dos próprios municipais;

- VI - efetuar a lavratura de termos e atos relacionados com a administração do patrimônio enfiteutico;
- VII - preparar a arrecadação das rendas patrimoniais;
- VIII - expedir alvarás de licença para a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços profissionais, ouvidos os órgãos e visto do Prefeito;
- Artigo 22º - Compete ao Setor de Fiscalização:
 - I - Fiscalizar os contribuintes para impedir a sonegação de impostos municipais e taxas, aplicando sanções aos infratores;
 - II - efetuar notificações, intimações ou quaisquer diligências solicitadas pelos órgãos municipais;
 - III - exercer a fiscalização do comércio ambulante, quiosque e bancas, efetuando a apreensão de mercadorias e apetrechos/dos que se encontrem em situação irregular;
 - IV - efetivar pesos e medidas;
 - V - zelar pela fiel observância do Código de Tributos do Município.
- Artigo 23º - Ao Setor de Controle de Arrecadação compete:
 - I - receber do Setor de Lançamento os talões, avisos de lançamentos e documentos destinados à arrecadação de tributos;
 - II - providenciar a entrega aos contribuintes dos avisos de lançamentos de tributos;
 - III - creditar os contribuintes pelos pagamentos efetuados, mantendo atualizadas as baixas dos pagamentos;
 - IV - promover a inscrição da dívida ativa, encaminhando dados ao Serviço de Contabilidade para fim de escrituração;
 - V - fornecer à Procuradoria os elementos necessários à cobrança da dívida ativa;
 - VI - informar processos que relacionem com a dívida ativa e fornecer certidões com elas relacionadas;
 - VII - controlar a arrecadação das multas aplicadas pelos diversos órgãos municipais;
 - VIII - controlar a arrecadação das rendas patrimoniais.
- Artigo 24º - O Serviço de Material é o órgão centralizador de todos os serviços de aquisição, guarda, conservação, recuperação, fornecimento, recolhimento e distribuição do material necessário aos serviços da Prefeitura.
- Artigo 25º - Compete ao Serviço de Material:
 - I - proceder ao levantamento dos artigos usados e empregados nos serviços;
 - II - elaborar catálogos de material;
 - III - promover a padronização dos materiais necessários aos serviços da Prefeitura;
 - IV - adquirir, mediante autorização do Secretário da Fazenda, todos os materiais destinados ao consumo e aplicação nos diversos serviços municipais;
 - V - manter registro dos fornecedores;
 - VI - manter em estoque e exercer a guarda, em perfeita ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro, dos materiais de consumo da Prefeitura;
 - VII - fornecer às repartições municipais os materiais regularmente requisitados, efetuando a escrituração de tais fornecimentos;
 - VIII - controlar o consumo e a aplicação de todo o material adquirido pela Prefeitura;
 - IX - manter em perfeita ordem os fichários de estoques de material, verbas e estatísticas de consumo;
 - X - conservar sob sua guarda todas as requisições de material.
- Artigo 26º - Serviço de Empenho tem as seguintes atribuições:
 - I - emissão de notas e empenho aos fornecedores quando autorizada a efetivação da compra;
 - II - lançamento dos empenhos nas rubricas próprias;
 - III - lançar os empenhos em seus respectivos sumários;
 - IV - lançar os empenhos nos sumários de pagamentos e empenhos;

V - registrar os processos de pagamentos nas fichas próprias;
VI - informar ao órgão competente as onerações totais das ru-/bricas.

go 27º - À Tesouraria compete:

- I - receber as rendas municipais mediante os elementos fornecidos pelo Serviço de Tributação;
- II - receber e guardar títulos e outros valôres de propriedade do Município ou de terceiros, quando entregues como caução ou depósito;
- III - registrar em livros próprios os títulos e valôres sob sua guarda;
- IV - proceder à restituição dos depósitos e cauções quando determinada por documento hábil;
- V - receber os suprimentos de numerário necessários aos pagamentos de cada dia, mediante cheques ou ordens bancárias;
- VI - efetuar o recebimento, devidamente autorizado de crédito/da Prefeitura, em poder de terceiros ou repartições públicas;
- VII - realizar pagamentos, conforme os documentos que lhe forem apresentados, devidamente autenticados e com o recibo da/ parte.
- VIII - depositar importâncias nos estabelecimentos de crédito de acordo com as determinações superiores;
- IX - manter em dia a escrituração de caixa;
- X - fornecer, diariamente, boletim de caixa, juntamente com /, toda a documentação referente ao Serviço de Contabilidade.

go 28º - À Secretaria de Viação e Obras Públicas compete:

- (I) - elaborar e manter atualizados os planos diretores do Município;
- (II) - executar os serviços de estudos e projetos, cadastros técnicos e zoneamento, de acordo com o Planejamento aprovado;
- (III) - fazer observar o Código de Obras e o Código de Posturas, bem como outras leis, no que relate a suas funções, aprovação de planos de arruamento e lotamentos;
- IV - administrar os serviços do água e esgotos, limpeza pública, coleta de lixo, cemitério, e fiscalizar os serviços de utilidade pública, concedidos pelo Município;
- V - executar todas as obras públicas nas áreas urbanas e rurais do Município, quando realizadas diretamente pela administração e fiscalizar as que forem feitas sob empreitada;
- VI - reconstruir, reparar e conservar edifícios, pavimentação de logradouros, praças, parques, jardins, estradas e pontes;
- VII - organizar, manter e dirigir os serviços de equipamento mecanizado, transportes e oficinas mecânicas;

go 29º - A Secretaria de Viação e Obras Públicas comprehende:

- I - Setor de Administração
- II - Serviço de Obras e Urbanismo
- III - Serviço de Oficinas
- IV - Serviço de Limpeza Pública
- V - Depósito de Inflamáveis
- VI - Serviço de Logradouros Públícos
- VII - Administração de Mercado
- VIII - Serviço de Cemitério
- IX - Serviço de Fiscalização
- X - Serviço de Assistência Agro-Pecuária

go (30º) - Ao Serviço de Obras e Urbanismo compete:

- I - realizar os estudos básicos para o planejamento, para as obras municipais;
- II - elaborar e administrar os planos diretores do Município;
- III - projetar, orçar e executar as obras públicas;
- IV - fiscalizar os serviços públicos concedidos e a execução de obras empreitadas pelo município;

- V - manter em funcionamento a Fábrica de Lajotas;
- VI - aprovar projetos de construção, reforma, demolição e modificação de prédios particulares;
- VII - fornecer ao Serviço de Tributação, da Secretaria de Finanças todos os elementos necessários ao lançamento da contribuição de melhoria e a revisão e atualização das fichas de cadastro da área pavimentada ou calçada dos logradouros;
- VIII - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em vigor no que se refere as suas atribuições;
- IX - apresentar, mensalmente, relatório dos serviços executados.

§ único - A Fábrica de Lajotas se destina à produção de Lajotas e outros materiais congêneres, devendo ser aferido o custo dos trabalhos de produção com organização do quadro de produção descrevendo custo de material e mão de obra.

Artigo 32º - Ao Serviço de Oficinas incumbe:

- I - zelar pela conservação de todos os veículos, máquinas e materiais da municipalidade;
- II - manter oficina mecânica, eletricidade, posto de lubrificação e lavagem, para atender os serviços municipais;
- III - manter ficha de cada veículo e máquina pertencente à Prefeitura, nela anotando as revisões feitas, despesas efetuadas e os serviços executados.

Artigo 33º - Ao Serviço de Limpeza Pública incumbe:

- I - proceder a coleta e remoção do lixo das habitações particulares e demais edificações do perímetro urbano;
- II - dar destino conveniente ao lixo coletado;
- III - manter a aparelhagem necessária à execução do serviço;
- IV - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em vigor, concernentes ao serviço;
- V - executar os serviços de capinação, varredura, lavagem e irrigação dos logradouros públicos;
- VI - executar os serviços de conservação da limpeza da cidade.

Artigo 34º - Ao Depósito de Inflamáveis compete:

- I - manter sob sua guarda os materiais explosivos e inflamáveis que lhe forem confiados;
- II - distribuir o combustível necessário aos veículos da municipalidade, mediante requisições;
- III - manter controle diário de consumo de combustível organizando quadro demonstrativo de seu consumo mensal.

Artigo 35º - Ao Serviço de Logradouros Públicos compete:

- I - estudar e promover o embelezamento das praças, jardins e da arborização dos logradouros;
- II - construir e conservar as praças ajardinadas e jardins públicos do Município;
- III - proceder, mensalmente, à revisão e atualização das fichas referentes ao cadastro de arborização da cidade;
- IV - realizar, na área sob sua administração o combate a pragas e doenças vegetais;
- V - cuidar da conservação e proteção dos monumentos, estatutas e bustos existentes nos logradouros públicos do município.

Artigo 36º - À administração do Mercado Municipal incumbe:

- I - Administrar o Mercado Municipal;
- II - fiscalizar a observância dos regulamentos atinentes ao // Mercado Municipal;
- III - promover a conservação e limpeza do Mercado;
- IV - zelar pela manutenção da ordem no recinto;
- V - informar ao órgão competente das vacâncias de boxes no // Mercado e opinar os requerimentos de locação ou concessão de uso.

Artigo 37º - Ao Serviço de Cemitério compete:

- I - promover a conservação, limpeza e arborização do cemitério.

cemitério, para o que se coordenará com os órgãos especializados;

II - zelar pela manutenção da ordem no recinto do cemitério;

III - orientar e fiscalizar os serviços de inumação, exumação e transferências dos restos mortais, observadas as disposições legais;

IV - manter atualizados e rigorosa ordem os fichários relativos à inumação, exumação, transladações e perpetuidade de sepulturas;

V - arrecadar a renda ou preparar a arrecadação da renda // proveniente da prestação de serviço no Cemitério e promover o seu recolhimento das taxas Municipais, através/ do órgão de controle;

tigo 38º - Incumbe ao Serviço de Fiscalização:

I - fiscalizar a fiel observância do Código de Obras Municipal e do Código de Posturas;

II - efetuar notificações e intimações ou quaisquer diligências solicitadas pelos órgãos municipais;

III - expedir multas por infrações de leis e regulamentos;

tigo 39º - Serviço de Assistência Agro-Pecuário, incumbe-se de:

I - órgão destinado a fomentar o incentivo e desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias do Município.

tigo 40º - A Secretaria de Educação e Saúde compete:

I - planejar e executar os serviços Municipais de educação, cultura e recreação;

II - planejar e executar os serviços municipais de saúde pública e assistência social;

tigo 41º - A Secretaria de Educação e Saúde compreende as seguintes unidades:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Educação e Cultura

III - Serviço de Saúde e Assistência Social

IV - Setor de Educação Física,

tigo 42º - Compete ao Setor de Administração, dirigir e coordenar o funcionamento das demais unidades da Secretaria de Educação e Saúde,

tigo 43º - Compete ao Serviço de Educação e Cultura:

I - elaboração e execução do Plano Municipal de Educação;

II - a manutenção da Biblioteca e Museu Municipal;

III - a difusão cultural;

IV - ministrar o ensino primário, pré-primário e supletivo, / através de suas unidades escolares;

V - administrar os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município;

VI - realizar o controle técnico-administrativo das unidades/ escolares;

VII - controlar a movimentação dos professores, diretores, orientadores e contínuos de ensino primário; e pré-primário;

VIII - requisitar, distribuir e controlar o material de consumo necessário aos seus serviços;

IX - administrar o plano de merenda escolar;

X - manter permanente fiscalização das unidades escolares, a fin de que se observem os dispositivos regulamentares e/ legais relativos ao ensino primário;

XI - administrar os serviços de conservação, reparo, vigilância e limpeza nos prédios destinados ao ensino municipal.

XII - incentivar as atividades culturais promovendo a realização de certames e programas de natureza cultural;

tigo 44º - Ao Serviço de Saúde e Assistência Social compete:

I - articular-se com os serviços congêneres federais e estaduais para o combate às endemias e epidemias locais;

II - encançhar aos serviços médicos do Instituto de Previdência Social a fin de serem atendidos os servidores municipais

III - municipais, quando necessário;
III - controlar a aplicação de auxílios e subvenções concedidas pelo Município e instituições de assistência social/ou hospitalar.

Artigo 45º - Ao Setor de Educação Física compete:

- I - promover e divulgar a prática do esporte amadorista;
- II - incentivar e cooperar com associações esportivas amadoras do município;
- III - promover certames esportivos oferecendo prêmios de estímulo;
- IV - providenciar a celebração de convênios para a prática de esportes em instalações pertencentes a outros órgãos.
- V - instalar e conservar parques infantis nas escolas públicas municipais.

CAPÍTULO III - Do Pessoal

Artigo 46º - Serão em comissão os cargos de: Chefe de Gabinete do Prefeito, Secretários, Contador Geral, Director de Departamento e Diretor de Serviço Autônomo e Autárquico.

Artigo 47º - Serão cargos de função gratificada, Chefia de Secção, // Chefia de Serviço, Director de Escolas e Encarregado de Turma.

Artigo 48º - os cargos de provimento efetivo serão determinados em // Lei especial.

§ único - os padrões e níveis de vencimentos do funcionalismo municipal serão fixados em lei própria.

CAPÍTULO IV - Das disposições transitórias

Artigo 49º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar e instalar os Departamento de Água e Esgoto e Municipal de Estrada de Rodagem;

§ único - Enquanto não forem instalados o Departamento Autônomo de Água e Esgoto e o Departamento Municipal de Estrada de Rodagem, os serviços e funções a elas concernentes, serão executados pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Artigo 50º - As atribuições das Secretarias e Unidades aqui discriminadas, não excluirão as que lhes forem incumbidas por Decreto, Regulamentos, Portarias ou Orden de Serviço.

Artigo 51º - Fica revogada a Lei nº 416/64, de 13 de Agosto de 1964, e demais disposições em contrário.

Artigo 52º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aquidauana, 25 de Junho de 1.970

Fernando Lucarelli Rodrigues
FERNANDO LUCARELLI RODRIGUES
Prefeito Municipal

XXXXXX



L E I

Nº 577/70

**Fixa a Organização Administrativa
da Prefeitura Municipal de Aquida-
uana e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal:

Faço saber que a Câmara Municipal
Decreta e eu Sanciono a seguinte/
Lei:

CAPÍTULO I - Da Organização Administrativa.

**Artigo 1º - A Prefeitura Municipal de Aquidauana, compõem-
se dos seguintes órgãos e unidades:**

- I - Gabinete do Prefeito
- II - Assessoria de Programação e Controle
- III - Procuradoria
- IV - Secretaria de Administração
- V - Secretaria de Fazenda
- VI - Secretaria de Viação e Obras Públicas
- VII - Secretaria de Educação e Saúde.

CAPÍTULO II - Da Competência.

Artigo 2º - Compete ao Gabinete do Prefeito:

- I - Desempenhar a atividade de coordenação político
Administrativa da Prefeitura com os municípios,/ /
pessoalmente ou através de órgãos ou institui-/
ções que os representam;
- II - preparar o expediente externo a ser assinado ou
despachado pelo Prefeito;
- III - preparar a correspondência pessoal do Prefeito;
- IV - atender às pessoas que procurarem o Prefeito, / /
encaminhando-as à essa autoridade ou marcando-/
lhes audiência;
- V - promover a divulgação, pelos meios próprios, //
das atividades do Executivo Municipal;
- VI - exercer as atividades de representação oficial /

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 577/70

- VII - acompanhar, nas repartições municipais, a marcha das providências determinadas pelo prefeito;
- VIII - fazer chegar aos demais órgãos da administração/municipal o conhecimento das determinações do // Prefeito;
- IX - fazer os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões, de que deva participar ou em que tenha interesse o prefeito, e // coordenar as providências com elas relacionadas;
- X - programar solenidades, expedir convites e adotar todas as providências que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento dos programas;
- XI - recepcionar visitantes;
- XII - preparar os ante-projetos a serem remetidos à Caixa.

Artigo 3º - A acessoria de Programação e Controle é o órgão incumbido do planejamento municipal, competindo-lhe elaborar ou promover a elaboração e coordenar a execução do plano diretor do desenvolvimento do Município, cabendo-lhe ainda:

- I - acompanhar a realização de plane e programas // parciais pelos órgãos competentes da administração;
- II - coordenar a elaboração e execução dos orçamentos do município, especialmente o orçamento-programa e o orçamento de investimentos;
- III - propor e discutir sugestões ao prefeito para solução dos problemas do município.

Artigo 4º - A Acessoria de Programação e Controle é formada/feios Chefe de Gabinete, Procurador e Secretários da Prefeitura Municipal de Arujá e um // Técnico de Administração.

Artigo 5º - A Procuradoria é o órgão que tem por objetivo a execução, coordenação e controle das atividades/jurídicas da Prefeitura, competindo-lhe pronunciar-se sobre toda a matéria legal que lhe for submetida pelo prefeito e demais órgãos da ad//

administração municipal, cabendo-lhe ainda:

- I - representar a prefeitura em Juizo em todas as causas em que a mesma for autoria, ré, assistente,/ oponente ou liticante;
- II - efetuar a cobrança judicial da dívida ativa do / Município.

Artigo 6º - A Secretaria de Administração compete, através / de suas unidades de serviço, executar as ativida- des da Prefeitura relativas a pessoal, expedien- te, arquivo, protocolo e zeladoria, ou, quando / fôr o caso, orientar a execução dessas ativida- des.

Artigo 7º - A Secretaria de Administração compreende:

- I - Serviço de Administração
- II - Departamento de Pessoal
- III - Serviço de Expediente e Registros
- IV - Serviço de Arquivo
- V - Serviço de Protocolo
- VI - Zeladoria

Artigo 8º - O serviço de Administração coordenará o funcio- namento das unidades da Secretaria de Administra- ção

Artigo 9º - Compete ao Departamento de Pessoal:

- I - manter os assentamentos relativos à vida funcio- nal dos servidores da prefeitura e encaminhar / aos órgãos competentes todas as comunicações re- lativas ao pessoal.
- II - executar a identificação e matrícula dos servido- res municipais;
- III - opinar sobre requerimentos dos servidores e exige- dientes relativos a seus direitos, vantagens, / deveres e responsabilidades;
- IV - organizar e manter atualizados os registros refe- rentes a:
 - a) - cargos e funções gratificadas
 - b) - lotação do pessoal por órgãos
- V - prestar informações sobre dados da ficha funcio- nal dos servidores, aos demais órgãos;
- VI - controlar a frequência do pessoal da Prefeitura/

- através das Secretarias, para efeito de pagamento e verificação de tempo de serviço;
- VII - organizar e manter atualizadas as fichas financeiras individuais;
- VIII - preparar, nas épocas próprias, as fólias de pagamento do pessoal da Prefeitura, inclusive a de / ouros e do pessoal;
- IX - efetuar a averbação e a classificação dos descontos, exercendo a necessária fiscalização e conferindo os valores averbados, classificados e descontados.
- X - preparar os guias de recolhimentos das contribuições sociais destinadas ao Fundo Social;
- XI - elaborar, analisar, revisar e aprovar relações de servidores que se enquadram na legislação de benefícios e vantagens da Administração;
- XII - promover a certificação de servidores que desejam obter distinções honoríficas;
- XIII - regularizar as relações administrativas entre a Prefeitura e os servidores, aprovando as relações associativas, sindicais, federais, estaduais e Municipais e outras pagamentos relativos a descontos;
- XIV - elaborar, juntar os papeis necessários e encaminhar de acordo com as regras fixadas pelo Conselho, enviando até o dia 15 de cada mês do calendário.

Artigo 10º -Comissão no serviço de Expediente e Registros:

- I - formular e expedir os atos oficiais da administração, tais como leis, decretos, portarias, regulamentos, avisos, etc., que vêm a constituir o expediente;
- II - organizar e manter o arquivo e fichário dos expedientes relativos aos projetos de Lei encaminhados no Poder Legislativo;
- III - receber e registrar das leis, proclamações ou sancionadas e dos decretos assinados pelo prefeito, d'eterminá-los e dando-lhes número de ordem, colecionando os originais;
- IV - promover a publicação das leis e atos municipais;
- V - manter registro de nome e endereço dos chefes de

administração descentralizados, situados no município;

VI - prestar informações aos deários órgãos sobre // atos, leis, decretos, resoluções, portarias e / avisos;

VII - fornecer certidões de atos, leis, decretos, resoluções, portarias e avisos, constantes de // seus arquivos;

Artigo 11º - Ao Serviço de Arquivo incumbe:

I - arquivar, pelos prazos e segundo os sistemas estabelecidos, os processos, papéis e outros documentos que lhe forem confiados pelos diversos / órgãos de administração;

II - organizar e classificar e fixar os serviços necessários à guarda e ao arquivo dos documentos arquivados;

III - colecionar e arquivar os diplomas oficiais da Prefeitura, do Município e Distrito;

IV - fornecer aos órgãos municipais as informações que lhe fornecem necessárias para o desempenho das suas respectivas funções, bem como outras, se exigidas, mediante pedido.

Artigo 12º - Compete ao serviço de protocolo:

I - receber os requerimentos, verificar se os reenvia fôrtes ou fornece-lhe local e regulamentares;

II - numerar os requerimentos recebidos, por ordem de entrada;

III - entregar aos requerentes os cartões-recebos respetivos;

IV - registrar, nas fichas correspondentes, o endereço de papéis e instrumentos, a decisão e data/de arquivamento;

V - atender pedidos de informações formulados pelo/ público, quer sobre andamento, quer sobre a maneira de requerer ou reclamar;

VI - manter em dia a encadernação do livro destinado ao controlo da correspondência;

VII - dar aos interessados, quando autorizados por //

que de direito, vista dos processos, documentos e papéis;

VIII - fornecer certidões, estatísticas competentes / buces.

Artigo 13º - Compete à Guardaria:

I - abrir e fechar as portas dos edifícios municipais, nos horários regulamentares;

II - manter limpos, externo e interno, dos prédios, árvores e instalações;

III - manter em perfeitas condições de conservação os edifícios e instalações da sede municipal;

IV - manter vigiliâncias diurna e noturna das propriedades municipais;

V - exercer outras funções previstas na legislação;

Artigo 14º - A Secretaria da Fazenda é responsável pelo fisco municipal, administrando os bens do patrimônio municipal, e exercendo a fiscalização das finanças, da contabilidade, da tesouraria, da arrecadação, da despesa, da dívida pública, das receitas e despesas de capital, da aplicação, execução e contabilidade das receitas, da despesa, da aplicação, execução e contabilidade das dotações orçamentárias e execução dos atos e competências administrativas econômico-financeiras, tributária do município;

Artigo 15º - A Secretaria da Fazenda compõe-se das seguintes unidades:

I - setor de Administração

II - serviço de Contabilidade

III - serviço de Tributação

IV - serviço de Material

V - serviço de Empenho

VI - Tesouraria

Artigo 16º - O setor de Administração coordena o funcionamento das demais unidades da Secretaria de Fazenda.

Artigo 17º - Compete ao Serviço de Contabilidade:

I - Confeccionar a proposta orçamentária municipal, X

- de acordo com os elementos fornecidos pelos diversos órgãos da administração;
- II - fiscalizar e controlar a execução orçamentária em todos os suas fases;
- III - efetuar as escriturações contábeis municipais;
- IV - organizar, mensalmente, os balanços do exercício financeiro;
- V - levantar, na época própria, o balanço e relatório geral da municipalidade;
- VI - proceder, depois de encerrada, total ou parcialmente;
- VII - manter registro atualizado de contratos que engrenem ou determinem direta ou indiretamente os cofres municipais;
- VIII - elaborar, diariamente, boletim de caixa sintético;
- IX - elaborar, diariamente, boletim sintético de arrecadação orçamentária do exercício, comparativo com a arrecadação do mesmo mês anterior;
- X - regularizar os impostos municipais;
- XI - manter controle atualizado do patrimonial dos imóveis e utensílios do município, conservando os bens e transferindo e formando;
- Artigo 18º** - O Serviço de Tributação compete:
- I - organizar e manter atualizado o cadastro fiscal dos contribuintes do município;
 - II - promover o lançamento e distribuição de avisos de imposto, taxas e contribuições de melhoria;
 - III - fiscalizar o cumprimento, pelos contribuintes, da legislação fiscal municipal;
 - IV - exercer o controle da execução dos tributos, credendo os pagamentos realizados pelos contribuintes e cancelando os débitos respectivos;
 - V - promover a inscrição e a remoção da dívida ativa à recuperação para a efetivação da cobrança.
- Artigo 19º** - O Serviço de Tributação é constituído dos seguintes setores:
- I - Setor de Cadastro Fiscal
 - II - Setor de Lançamento
 - III - Setor de Fiscalização
 - IV - Setor de Controle de Arrecadação

Artigo 20º - Compete ao Setor de Cadastro Fiscal: X

- I - organizar e manter atualizado o cadastro dos contribuintes dos diversos tributos municipais;
- II - efetuar os estudos para determinar valões dos imóveis e terrenos para efeito de lançamento;
- III - manter atualizados os valões cadastrados.

Artigo 21º - Compete no Setor de Lançamento:

- I - efetuar o lançamento dos tributos municipais, // emitindo os respectivos avisos e balões de lançamento;
- II - encaminhar ao Setor de Controle de Arrecadação, na época oportuna, os bens ou documentos destinados à arrecadação, acompanhado das relações necessárias;
- III - enviar cópias autênticas das relações a que se refere o item anterior ao Serviço de Contabilidade e ao Chefe do Serviço de Tributação;
- IV - expedir tolos ou cartas de reclamação contra lançamentos efetuados, procedendo quando procedentes, edicto despenha do exequito;
- V - efetuar a locação dos serviços municipais;
- VI - efetuar a levantatura de bens e atos relacionados com a administração do patrimônio municipal;
- VII - preparar a arrecadação dos rendas patrimoniais;
- VIII - expedir alvarás de licença para alienação / de estabelecimentos municipais, instalação / prestadores de serviços profissionais, ouvidos / ou órgãos e visto do prefeito;

Artigo 22º - Compete ao Setor de Fiscalização:

- I - fiscalizar os contribuintes para impedir a sonegação de impostos municipais e bens, aplicando sanções aos infratores;
- II - efetuar notificações, intimações ou qualquer diligências solicitadas pelos órgãos municipais;
- III - exercer a fiscalização do comércio de ambulantes, quiosque e bancas, efetuando a apreensão / de mercadorias e atrechos dos que se encontrem em situação irregular;
- IV - aferir pesos e medidas;

V - zelar pela fiel observância do Código de Tributos do Município.

Artigo 23º - ao setor de Controle de Arrecadação compete:

I - receber do setor de Imposto os balões, avisos de lâmpadas e documentos destinados à arrecadação de tributos;

II - providenciar a entrega dos contribuintes das // serviços de funcionários de tributos;

III - creditar os contribuintes pelos pagamentos efetuados, mantendo estatística anual minuta dos pagamentos;

IV - elaborar a inserção no sistema, mencionando o nome do contribuinte, o número da ficha de identificação;

V - fornecer à secretaria os elementos necessários à elaboração de fiscalizações;

VI - informar quando da realização de diligências judiciais, perícias e outras diligências administrativas;

VII - controlar a veracidade das balanças utilizadas pelas empresas fornecedoras;

VIII - controlar o armazenamento dos materiais municipais.

Artigo 24º - o setor de Material é responsável pelo // de bens e serviços de consumo, gastos, conservação, reemprego, transporte, fornecimento, recolhimento e distribuição de materiais necessários aos // serviços da Prefeitura.

Artigo 25º - Compete no Serviço de Material:

I - proceder ao levantamento dos artigos usados e // empregados nos serviços;

II - elaborar catálogos de material;

III - promover a padronização dos materiais necessários aos serviços da Prefeitura;

IV - adquirir, mediante autorização do Secretário da Fazenda, todos os materiais destinados ao consumo e aplicação nos diversos serviços municipais;

V - manter registro dos fornecedores;

VI - manter em estoque e exercer a guarda, em perfeita ordem de armazenamento, conservação, classificação e registro, dos materiais de consumo da // Prefeitura;

VII - fornecer às repartições municipais os materiais regularmente requisitados, efetuando a escrituração de tais fornecimentos;

VIII - controlar o consumo e a aplicação de todo o material adquirido pela Prefeitura;

IX - manter em perfeita ordem os fichários de estoque do material, verificando a autenticidade do consumo;

X - confeccionar seu guarda-fólio de requisições / de material;

Artigo 26º - Serviço de depósito bancário e de vinte extracções:

I - emissão de recibos e autorização fornecedores / quando autorizado a utilização da copia;

II - lançamento das extracções nas contas principais;

III - lançar os extratos e extrair os recibos contábeis;

IV - fazer em cada extrato o resumo de pagamentos e despesas;

V - recolher os extratos do banco e os ficheiros contábeis;

VI - informar ao fiscal competente da operação bancária municipal.

Artigo 27º - A tesouraria contábil:

I - receber no nome municipalmente os elementos fornecidos pelo serviço de tributação;

II - receber e guardar títulos e outros valores de / propriedade do município ou de terceiros, quando entregues como caução ou depósito;

III - registrar em livros próprios os títulos e valores sob sua guarda;

IV - proceder à restituição dos depósitos e cauções/ quando determinada por documento hábil;

V - receber os suervimentos do numerário necessário/ os dos pagamento de cada dia, mediante cheques ou ordens bancárias;

VI - efetuar o recebimento, devidamente autorizado / de crédito da Prefeitura, em poder de terceiros ou repartições públicas;

VII - realizar pagamentos, conforme os documentos que lhe forem apresentados, devidamente autenticados e com o recibo da parte.

VIII - depositar importâncias nos estabelecimentos de crédito de acordo com as determinações superiores;

IX - manter em dia a escrituração de caixa;

X - fornecer, diariamente, boletim de caixa, juntamente com toda a documentação referente ao serviço de Contabilidade.

Artigo 28º - A Secretaria de Viação e Obras Públicas compete:

I - elaborar e manter atualizados os planos diretores do Município;

II - executar os serviços destrutivos e projetos, entre outros técnicos e complemento, de acordo com o planejamento aprovado.

III - fazer observar o Código de Obras e o Código de Posturas, bem como outras leis, no que relacione com as suas funções, preparação de planos de arranque e lotamentos;

IV - administrar os serviços de Águas e esgotos, limpeza pública, coleta de lixo, comitário, e fiscalizar os serviços de utilidade pública, concedidos pelo Município;

V - executar todas as obras públicas nas áreas urbanas e rurais do Município, quando realizadas diretamente pela administração e fiscalizar as que forem feitas sob encomenda;

VI - reconstruir, reparar e conservar edifícios, pavimentação de logradouros, avenidas, parques, jardins, estradas e pontes;

VII - organizar, manter e dirigir os serviços de equipamento mecanizado, transportes e oficinas mecânicas.

Artigo 29º - A Secretaria de Viação e Obras Públicas comprende:

I - Setor de Administração

II - Serviço de Obras e Urbanismo

III - Serviço de Oficinas

IV - Serviço de Limpeza Pública

V - Depósito de Inflamáveis

VI - Serviço de Logradouros Públicos

VII - Administração de Mercado

VIII - Serviço de Cemitério

IX - Serviço de Fiscalização

X - Serviço de Assistência e Procuradoria

Artigo 30º - Ao Serviço de Obras e Urbanismo compete:

I - realizar os estudos básicos para o planejamento, para as obras municipais;

II - elaborar e administrar os planos diretores do Município;

III - projetar, orçar e executar as obras públicas;

IV - fiscalizar os serviços públicos concedidos e/ a execução de obras em veitadas pelo município;

V - manter em funcionamento a Fábrica de Lajotas;

VI - aprovar projetos de construção, reforma, demolição e modificação de edifícios particulares;

VII - fornecer ao Serviço de Tributação, da Secretaria de Finanças todos os elementos necessários ao longamento da cobrança da contribuição de melhorias e a revisão e atualização das fichas de cadastrar da área, divulgada ou cedida aos contribuintes;

VIII - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em vigor no que se refere as suas atribuições;

IX - apresentar, periodicamente, relatório dos serviços executados.

§ Único - A Fábrica de Lajotas é destinada à produção de lajotas e outros materiais conexas, devendo ser apurado o custo dos trabalhos de produção com organização do quadro de produção, discriminando quanto de material e não de obra.

Artigo 32º - Ao Serviço de Oficinas incumbe:

I - zelar pela conservação de todos os veículos, máquinas e materiais da municipalidade;

II - manter oficina de mecânica, electricidade, posto de lubrificação e lavagem, para atender os serviços municipais;

III - manter ficha de cada veículo e máquina pertencente à prefeitura, nela anotando as revisões feitas, despesas efetuadas e os serviços executados.

Artigo 33º - Ao Serviço de Limpeza Pública incumbe:

- I - proceder a coleta e remoção do lixo das habitações particulares e demais edificações do perímetro urbano;
- II - dar destino conveniente ao lixo coletado;
- III - manter a aperfeiçoar no serviço à execução do serviço;
- IV - expedir intimação para o cumprimento das leis e regulamentos em viés, concernentes ao serviço;
- V - executar os serviços de esfargilão, varredura, limpeza e limpeza das praças e ruas;
- VI - executar os serviços de conservação e limpeza da árvore.

Artigo 34º - Ao Serviço de Infraestrutura compete:

- I - implantar e manter o serviço de abastecimento e distribuição de água e esgoto; e
- II - dirigir e controlar a exploração e exploração dos serviços de energia elétrica, gás e água;
- III - controlar o fornecimento de energia e combustível ao município, preferencialmente de seu consumo escuro.

Artigo 35º - Ao Serviço do Desenvolvimento Urbano compete:

- I - executar e promover a paisagística urbana, jardins e arborização das praças e logradouros;
- II - construir e conservar os respectivos jardins e jardins públicos do município;
- III - proceder, mensalmente, à revisão e atualização das fichas referentes ao cadastro de arborização da cidade;
- IV - realizar, na área sob sua administração o combate a praga e doenças vegetais;
- V - cuidar da conservação e proteção dos monumentos, estatutas, e bustos existentes nos logradouros públicos do município.

Artigo 36º - A Administração do Mercado Municipal incumbe:

- I - Administrar o Mercado Municipal;
- II - fiscalizar a observância dos regulamentos atinentes ao Mercado Municipal;
- III - promover a conservação e limpeza do Mercado;

- IV - zelar pela manutenção da ordem no recinto;
- V - informar ao órgão competente das vacâncias de boxeo no horário e atender os requerimentos de locação ou concessão de uso.

Artigo 37º - No Serviço de Cemitério compete:

- I - promover a conservação, limpeza e arborização do cemitério, para o que se contará com os serviços especializados;
- II - elaborar e implementar as normas no âmbito do Cemitério;
- III - orientar o fiscal sobre os serviços de imantação, exumação e enterro de mortos, bem como a sua fiscalização;
- IV - garantir a utilização da estrada e estrada vicinal que liga o cemitério ao centro urbano;
- V - exercer a competência na fiscalização da estrada vicinal que liga o cemitério ao centro urbano, bem como a fiscalização da estrada vicinal que liga o cemitério ao distrito.

Artigo 38º - Compete no setor de fiscalização:

- I - fiscalizar a fiscalização da lei e de suas normas municipais de fiscalização;
- II - efetuar notificações e intimações ou quaisquer diligências solicitadas pelo Poder Municipal;
- III - expedir multas por infrações de leis e regulamentos.

Artigo 39º - Serviço de Assistência à Pessoa Idosa, Incapacitada:

- I - órgão destinado a fomentar o incentivo e desenvolvimento das atividades de assistência à pessoa idosa/menor do município.

Artigo 40º - A Secretaria de Educação e Saúde compete:

- I - planejar e executar os serviços Municipais de educação, cultura e recreação;
- II - planejar e executar os serviços Municipais de saúde pública e assistência social;

Artigo 41º - A Secretaria de Educação e Saúde compreende as seguintes unidades:

- I - Setor de Administração;
- II - Serviço de Educação e Cultura;
- III - Serviço de Saúde e Assistência Social;
- IV - Setor de Desenvolvimento Social.
- Artigo 42º** - Compreende o setor de Administração, Diretoria e/coordenação, fiscalização e execução das atividades de desenvolvimento da comunidade do Município.
- Artigo 43º** - Compreende o Serviço de Educação e Cultura:
- I - a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação;
- II - a manutenção da infraestrutura física municipal;
- III - a difusão cultural;
- IV - administrar a educação básica, pré-primária, e secundária, com suas respectivas modalidades e ciclos;
- V - implementar e monitorar a política de educação ambiental e de enfrentamento ao desmatamento;
- VI - administrar a estruturação das escolas, diretorias, secretarias e outras unidades administrativas e de ensino;
- VII - requisitar, distribuir e gerenciar o material e de consumo necessário à sua execução;
- I - administrar o fundo de garantia do Fundo de Desenvolvimento Social, com destino ao atendimento social, segundo regulamentação, e a relativa ao encaminhamento;
- II - administrar os serviços de saneamento, escoamento, iluminação e limpeza urbana, destinados ao engenho municipal;
- III - incentivar as atividades culturais, promovendo/realizando feiras, certames e programas de natureza cultural;
- Artigo 44º** - Ao Serviço de Saúde e Assistência Social compete:
- I - articular-se com os serviços congêneres federais e estaduais para o combate às endemias e/epidemias locais;

II - encaminhar aos serviços médicos do Instituto de Previdência Social a fim de serem atendidos os servidores municipais, quando necessário;

III - controlar a aplicação de auxílios e subvenções concedidas pelo município e instituições de assistência social ou hospitalar.

Artigo 45º - Ao setor de Educação Física compete:

I - promover e divulgar a prática do esporte / esportes amadoristas;

II - incentivar e cooperar com associações esportivas amadoristas do município;

III - promover certames esportivos oferecendo // premiação de mérito;

IV - providenciar a celebração de convênios para a prática de esportes em instalações // pertencentes a outros órgãos;

V - instalar e construir quadras esportivas nas/ escolas públicas municipais.

CAPÍTULO III - Do Executivo

Artigo 46º - serão em comissão os cargos de: Chefe de / Gabinete de Executivo, Secretário, Contador Geral, Conselheiro Esportivo e Diretor Esportivo, todos de categoria.

Artigo 47º - serão criados o Conselheiro, Chefe de Secção, adjunto de Secção, Diretor de / Escolas e Encarregado de Fazenda.

Artigo 48º - os cargos de provimento efetivo serão de/ terminados em serviço especial.

§ único - os padrões e níveis de vencimentos do fun/ cionário municipal serão fixados em Lei/ própria.

CAPÍTULO IV - Das disposições transitórias

Artigo 49º - Fica o Poder Executivo autorizado a regu/ lamentar e instalar os Departamento de //

de Água e Saneamento Municipal de Estrada de Rodagem;

§ único - Enquanto não forem instalados o Departamento Autônomo de Água e Saneamento e o Departamento Municipal de Estrada de Rodagem, os serviços e funções a elas concernentes, serão // executados pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Artigo 50º - As atribuições das secretarias e unidades // auxiliares descritas, não excluirão se que // elas forem instituídas por Decreto, Regulamentos, Portaria, ou ordem de serviço.

Artigo 51º - Fica revogada a Lei nº 416/64, de 13 de // Maio de 1.964, e todas disposições em // contrário.

Artigo 52º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 25 de Junho de 1.970

Fernando Lucarelli Rodrigues
Prefeito Municipal